

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**RESOLUÇÃO Nº 27, DE 09 DE JULHO DE 2009.**

(Revogada pela Resolução nº 119, de 07 de novembro de 2019)

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO), no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem a Lei nº 6.945, de 05 de novembro de 1997, o Decreto Estadual nº 3.952, de 06 de março de 2002, alterado pelo Decreto Estadual nº 6.822 de 30 de novembro de 2005;

Considerando o Decreto 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorgas de direitos de uso de recursos hídricos no Estado do Mato Grosso e dá outras providências;

Considerando a necessidade do estabelecimento de critérios técnicos a serem utilizados pela SEMA para a análise dos pedidos de outorga para corpos hídricos superficiais de domínio do Estado do Mato Grosso:

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Estabelecer os critérios técnicos a serem aplicados nas análises dos pedidos de outorga de captação superficial, quanto à disponibilidade hídrica, ao uso racional da água e à garantia de seus usos múltiplos.

**Art. 2º** Para os fins desta Resolução considera-se:

**I –** Marco Regulatório: conjunto de regras definidas de forma negociada pela SEMA com os demais órgãos e autoridades outorgantes, com a participação de usuários dos recursos hídricos, como o marco referencial de regulação dos usos das águas;

**II –** Uso racional da água: uso da água provido de eficiência, caracterizada pelo emprego da água em níveis tecnicamente reconhecidos como razoáveis, no contexto da finalidade a que se destina ou definidos como apropriados para a bacia, com observância do enquadramento do corpo hídrico e os aspectos tecnológicos, econômicos e sociais;

**III –** Conflito pelo uso da água: situação em que a disponibilidade de recursos hídricos é inferior às demandas hídricas, gerando competição entre usuários;

**IV –** Participação no conflito: grau de influência do empreendimento no corpo hídrico, considerando os aspectos quantitativos, qualitativos e da operação hidráulica, no conflito pelo uso da água.

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

**V – Corpo Hídrico:** denominação genérica para qualquer manancial hídrico, curso d'água, trecho de rio, reservatório artificial ou natural, lago, lagoa ou aquífero subterrâneo. Sinônimo: corpo d'água.

**VI – Corpo Hídrico Superficial –** denominação genérica para qualquer manancial hídrico superficial, curso d'água, trecho de rio, reservatório artificial ou natural, lago ou lagoa.

**Art. 3º** A análise técnica das solicitações de outorga basear-se á na disponibilidade hídrica e no uso racional da água.

**Parágrafo Único** A SEMA deverá estabelecer critérios para a definição do uso racional da água por setor usuário e por tipologia de empreendimento, caracterizando o emprego da água em níveis tecnicamente reconhecidos como razoáveis, no contexto da finalidade a que se destinam.

**Art. 4º** Para a análise de disponibilidade hídrica dos corpos hídricos superficiais de domínio do Estado, será adotada, como vazão de referência, a  $Q_{95}$  (vazão de permanência por 95% do tempo).

**Art. 5º** A vazão máxima outorgável para usos consuntivos será de 70% da vazão de referência ( $Q_{95}$ ), para uma secção de corpo hídrico considerado

**§ 1º** As outorgas poderão ser emitidas com validade de médio a longo prazo quando o limite máximo de derivações consuntivas for igual ou inferior a 50% da  $Q_{95}$ .

**§ 2º** As outorgas poderão ser emitidas com curto prazo de validade, quando o limite de derivações consuntivas estiver entre 50% e 70% da  $Q_{95}$ .

**§ 3º** Será suspensa a emissão de novas outorgas quando o limite de derivações consuntivas atingir valor igual ou superior a 70% da vazão de referência ( $Q_{95}$ ), até que seja estabelecido o Marco Regulatório de usos da água na bacia.

**§ 4º** O Marco Regulatório deverá ser aprovado pelo CEHIDRO, mediante proposta fundamentada da SEMA, discutida com os usuários de recursos hídricos da bacia.

**§ 5º** Fica estabelecido o limite máximo individual de 20% da  $Q_{95}$ , podendo ser excedido quando a finalidade do uso for para consumo humano e dessedentação animal.

**§ 6º** Para as demais finalidades de uso, o limite máximo individual poderá exceder 20% da  $Q_{95}$ , desde que apresente justificativas técnicas, tais como:

- I-** Baixa demanda e/ou baixa estimativa de aumento da demanda futura pelo uso da água por outros usuários na bacia;

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

- II-** Impossibilidade de viabilizar a atividade por outro meio de abastecimento de água;
- III-** Incremento da vazão de referência até 1000 (mil) metros a jusante da captação;

**Art. 6º** Nos casos em que houver conflito pelo uso da água e/ou devido a complexidade de natureza técnica da solicitação de outorga, a SEMA poderá submete-la ao pleito do CEHIDRO para manifestação sobre a mesma.

**Art. 7º A** outorga para captações em barramentos já construídos até a data de publicação desta Resolução será concedida em função da vazão regularizada pelo reservatório, levando-se em consideração:

- I - a vazão mínima remanescente;
- II - as vazões outorgadas a jusante do reservatório;
- III - as vazões pretendidas no reservatório;

§ 1º a vazão remanescente para barramentos que promovam regularização de vazão deverá ser de 50% da vazão de referência ( $Q_{95}$ ).

§ 2º O potencial de regularização poderá ser alterado em casos que a SEMA julgar necessário para manter os usos múltiplos do corpo hídrico;

§ 3º a vazão mínima remanescente no trecho curtocircuitado para barramentos que visem geração de energia hidrelétrica, deverá ser igual ao somatório dos usos consuntivos no trecho mais 10% das vazões médias mensais, a fim de manter a sazonalidade do corpo hídrico.

**Art. 8º** Serão considerados usos insignificantes:

§ 1º Para os cursos d'água com vazão de referência ( $Q_{95}$ ), até 200 l/s (duzentos litros por segundo), serão insignificantes as captações de valor até 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) da vazão de referência na secção em análise;

§ 2º Para os cursos d'água com vazão de referência ( $Q_{95}$ ) superiores a 200 l/s (duzentos litros por segundo), serão consideradas insignificantes as captações de valor até 0,5 l/s (zero vírgula cinco litros por segundo) .

§ 3º Para bacias (ou sub bacias) hidrográficas que atingirem uma situação onde a somatória de captações consideradas insignificantes atingir um valor superior a 20% (vinte por cento) da vazão de referência, deixará de existir o conceito de insignificante para as novas captações, devendo ser solicitada a outorga..

§ 4º Um mesmo usuário com vários pontos de captação num mesmo corpo hídrico deverá ser outorgado com base na somatória de suas captações.

**Art. 9º** Os usuários que se declararem pertencentes à categoria de uso insignificante deverão apresentar a SEMA o 'Cadastro Estadual de Uso

**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

Insuficiente da Água' de acordo com a legislação pertinente e serão passíveis de ações de fiscalização e sanções penais.

**Art. 10º** Esta resolução revoga a resolução CEHIDRO nº 12 de 06 de Junho de 2007.

**Art. 11º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá, 09 de julho de 2009.

**LUIS HENRIQUE CHAVES DALDEGAN**  
Presidente do CEHIDRO

*\* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 18/08/2009.*

*\*\* Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*